



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Gravier S.A.

31 de dezembro de 2024



ALIANÇA
A nova geração de energia

SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação'	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Contas a receber	14
5 Imobilizado	15
6 Intangível	17
7 Fornecedores	17
8 Arrendamentos	18
9 Provisão para compromissos futuros	19
10 Patrimônio Líquido	20
11 Transações com partes relacionadas	21
12 Receita líquida	21
13 Custos e despesas operacionais	23
14 Receitas e despesas financeiras	23
15 Tributos a recolher sobre o lucro	24
16 Instrumentos financeiros	24
17 Compromissos	28
18 Informações complementares ao fluxo de caixa	29
19 Eventos subsequentes	29

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Central Eólica Gravier S.A. registrou geração bruta de energia de 196.777,89 MWh em 2024, alcançando a receita líquida de R\$47,5 milhões. As compras de energia totalizaram R\$5 milhões, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$30,7 milhões (margem EBITDA de 64,7%) e o lucro líquido registrou o valor de R\$12,3 milhões (margem líquida de 25,82%).



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica Gravier S.A.**

Icapuí - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Gravier S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Gravier S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

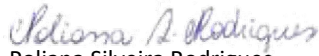
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	52.248	28.826
Contas a receber	4	5.082	4.604
Tributos a recuperar		-	99
Despesas antecipadas		1.018	-
Outros valores a receber		71	834
Total do ativo circulante		58.419	34.363
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	394.735	409.750
Intangível	6	381	1.426
Total do ativo não circulante		395.116	411.176
Total do ativo		453.535	445.539
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	19.029	16.576
Tributos a recolher sobre o lucro	15	575	573
Tributos e contribuições sociais a recolher		194	316
Arrendamentos	8	663	638
Provisão para compromissos futuros	9	278	541
Dividendos a pagar	10.e	2.913	1.187
Outros passivos		25	51
Total do passivo circulante		23.677	19.882
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	8	5.552	5.745
Provisão para compromissos futuros	9	2.527	3.992
Outros passivos com partes relacionadas		67	-
Total do passivo não circulante		8.146	9.737
Total dos passivos		31.823	29.619
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	10		
Capital social		412.109	412.109
Reserva de lucros		9.603	3.811
Total do patrimônio líquido		421.712	415.920
Total do passivo e do patrimônio líquido		453.535	445.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	12	47.512	44.816
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	13.a	(35.970)	(31.018)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		11.542	13.798
Despesas gerais e administrativas		(364)	(417)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	13.b	(364)	(417)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		11.178	13.381
Receitas financeiras	14	4.271	1.668
Despesas financeiras	14	(817)	(839)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		14.632	14.210
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(2.366)	(1.801)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.266	12.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.266	12.409
Total do resultado abrangente do exercício	12.266	12.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2022		353.020	56.400	-	-	(7.411)	402.009
Aumento de capital		59.089	(59.089)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.b	-	2.689	-	-	-	2.689
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.409	12.409
Reserva legal	10.c	-	-	250	-	(250)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.e	-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Constituição de reserva de lucros	10.d	-	-	-	3.561	(3.561)	-
				-			
Em 31 de dezembro de 2023		412.109	-	250	3.561	-	415.920
Dividendos extraordinários	10.e	-	-	-	(3.561)	-	(3.561)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.266	12.266
Constituição da reserva legal	10.c	-	-	613	-	(613)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.e	-	-	-	-	(2.913)	(2.913)
Constituição de reserva de lucros	10.d	-	-	-	8.740	(8.740)	-
				-			
Em 31 de dezembro de 2024		412.109	-	863	8.740	-	421.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		12.266	12.409
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		19.555	19.728
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		800	805
Imposto de renda e contribuição social	15	2.366	1.801
		34.987	34.743
Varição de ativos e passivos			
Contas a receber		(478)	(1.147)
Tributos a recuperar		(309)	(98)
Outros valores a receber		(255)	(834)
Fornecedores		350	13.796
Tributos e contribuições sociais		(201)	(91)
Outros passivos		(82)	87
		(975)	11.713
Caixa gerado pelas operações		34.012	46.456
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.757)	(1.169)
Pagamentos compromissos futuros	9	(456)	(463)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		31.799	44.824
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições no imobilizado		(2.977)	(18.114)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.977)	(18.114)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.b	-	2.689
Pagamentos de arrendamentos	8	(652)	(579)
Pagamento de dividendos	10.e	(4.748)	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento		(5.400)	2.110
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		23.422	28.820
No início do exercício	3	28.826	6
No fim do exercício	3	52.248	28.826
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		23.422	28.820

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Gravier S.A. (“Companhia” ou “Gravier”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Icapuí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

Em de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade ações na Aliança Geração de Energia S.A. A conclusão da transação ocorreu em 13 de agosto de 2024, ocasionando na detenção da totalidade das ações emitidas pela Aliança. Como resultado, a nova controladora final da Companhia é a Vale S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 9.122 de 18 de agosto de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica Gravier - EOL Gravier, localizada no município de Icapuí, no Estado do Ceará e possui capacidade instalada de 71,4 MW e garantia física de 28,1 MW médios.

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela resolução normativa ANEEL nº 1.029 de 25 de julho de 2022, resolveu em dezembro de 2022, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras da Central Eólica Gravier por meio dos despachos nº 3.171, 3.410, 3.677 e 3.724, sendo que a partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema. A resolução concede a Gravier autorização da operação comercial plena pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação, com vencimento em agosto de 2055.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 08 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e autorizam a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados que serão realizados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4 e 12 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 5 e 6 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação e amortização: vida útil dos ativos; e
- **Nota 5 e 9 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5 | Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia concluiu que para as normas abaixo, não tivemos impactos práticos materiais nestas demonstrações financeiras.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

- Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7); e
- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 26/IFRS 18).

2.7 | Informações por segmentos

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de geração e venda de energia, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelos gestores da Companhia e suas demonstrações do resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que suas demonstrações do resultado, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	7	6
Recursos mantidos em aplicações financeiras	52.241	28.820
	52.248	28.826

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificado de Depósito Bancário - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 98% e 102% em 31 de dezembro de 2024 (entre 98% e 101% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para detalhes sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota a nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$1 bilhão; e (ii) rating no mínimo equivalente a BBB-, em escala nacional.

4 | Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	2.672	2.522
Suprimentos a outras concessionárias	1.501	1.939
Câmara de comercialização de energia elétrica	909	143
	5.082	4.604

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuía títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para detalhes sobre a política do contas a receber e o risco de crédito da Companhia vejam notas explicativas nº 12 - Receita líquida e nº 16 - Instrumentos financeiros, respectivamente.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

Impairment

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

5 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Custo com desmobilização	Imobilizado em curso	TOTAL
Custo de aquisição						
Em 31/12/2022	-	949	417.770	3.681	-	422.400
Adições	6.519	-	-	-	2.419	8.938
Baixas	-	-	-	(737)	-	(737)
Em 31/12/2023	6.519	949	417.770	2.944	2.419	430.601
Adições	-	-	-	-	5.080	5.080
Baixas	(481)	-	-	(1.157)	-	(1.638)
Em 31/12/2024	6.038	949	417.770	1.787	7.499	434.043
Depreciação acumulada						
Em 31/12/2022	-	(5)	(1.675)	-	-	(1.680)
Adições	(288)	(32)	(18.722)	(129)	-	(19.171)
Em 31/12/2023	(288)	(37)	(20.397)	(129)	-	(20.851)
Adições	(287)	(32)	(18.722)	(89)	-	(19.130)
Baixas	455	-	-	218	-	673
Em 31/12/2024	(120)	(69)	(39.119)	-	-	(39.308)
Valor líquido						
Em 31/12/2023	6.231	912	397.373	2.815	2.419	409.750
Em 31/12/2024	5.918	880	378.651	1.787	7.499	394.735
Taxa média de depreciação	4,57%	3,37%	4,48%	3,76%	-	4,42%

Custo com desmobilização (provisão)

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados ao parque e de restauração do local ao final do prazo de autorização de operação. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.327 (R\$3.108 em 31 de dezembro de 2023).

Para detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 9 - Provisão para compromissos futuros.

Terrenos

A Companhia reconhece um ativo de “terreno” como direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de “terreno” é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada. A taxa de depreciação aplicada neste ativo é calculada pelo prazo do contrato de arrendamento

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - Impairment

A Companhia avalia, em todo reporte, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*"impairment"*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para os exercícios de 2024 e 2023, não foram identificados triggers de impairment no imobilizado e para o ativo intangível.

6 | Intangível

A composição dos ativos intangíveis da Companhia é como segue:

	Licença ambiental	Servidão	TOTAL
Custo de aquisição			
Em 31/12/2022	2.055	294	2.349
Baixas	(364)	-	(364)
Em 31/12/2023	1.691	294	1.985
Baixas	(1.584)	-	(1.584)
Em 31/12/2024	107	294	401
Amortização acumulada			
Em 31/12/2022	-	(2)	(2)
Adições	(548)	(9)	(557)
Em 31/12/2023	(548)	(11)	(559)
Adições	(416)	(9)	(425)
Baixas	964	-	964
Em 31/12/2024	-	(20)	(20)
Valor líquido			
Em 31/12/2023	1.143	283	1.426
Em 31/12/2024	107	274	381
Taxa média de amortização	46,27%	3,06%	35,62%

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da autorização. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida nos exercícios de 2024 e 2023. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Política contábil

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de autorização

Para detalhes sobre a política de “*impairment*” do intangível, veja nota nº 5 - Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - “*impairment*”.

7 | Fornecedores

A composição dos fornecedores é como segue

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços - faturado	4.531	201
Fornecedores de materiais e serviços - provisão	14.498	16.375
	19.029	16.576

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 23 dias em 31 de dezembro de 2024 (38 dias em 31 de dezembro de 2023). E sobre os saldos não há incidência de juros.

Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado. Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 16 - Instrumentos financeiros.

8 | Arrendamentos

	Taxa	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos (terrenos)	9,19%	28/08/2045	6.215	6.383
Total			6.215	6.383

Classificados como:

Passivo circulante	663	638
Passivo não circulante	5.552	5.745
	6.215	6.383

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adições	6.519
Pagamentos	(579)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	443
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.383
Baixas	(26)
Pagamentos	(652)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	510
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.215

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como “imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Para mais detalhes sobre o arrendamento, veja nota nº 16 - Instrumentos financeiros.

9 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Provisão socioambiental	Desmantelamento	Provisão para compromissos futuros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.055	3.681	5.736
Baixas	(364)	(737)	(1.101)
Pagamentos	(463)	-	(463)
Atualizações	197	164	361
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.425	3.108	4.533
Baixas	(621)	(941)	(1.562)
Pagamentos	(456)	-	(456)
Atualizações	130	160	290
Saldo em 31 de dezembro de 2024	478	2.327	2.805

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	278	541
Passivo não circulante	2.527	3.992
	2.805	4.533

Considerando que: **(i)** a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; **(ii)** essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e **(iii)** se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 11,10% em 31 de dezembro de 2024 (9,16% em 31 de dezembro de 2023).

Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento da provisão de desmantelamento e socioambiental, vide notas explicativas nº 5 - Imobilizado e 6 - Intangível, respectivamente.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a conseqüente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

10 | Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia era de R\$412.109, dividido em 412.109.100 (quatrocentos e doze milhões, cento e nove mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	(Nº de Ações)	(Em R\$)	(Nº de Ações)	(Em R\$)
Aliança Geração de Energia S.A.	412.109.100	412.109	412.109.100	412.109
	412.109.100	412.109	412.109.100	412.109

(b) Dividendos

A acionista é assegurada o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a reserva de lucros.

Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$4.748 a título de dividendos (R\$0 no exercício de 2023). Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, o montante a pagar era de R\$2.913 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Durante o exercício de 2024, a Companhia registrou o valor de R\$0 (R\$2.689 em 2023 correspondentes a 2.689 ações em 2023), como adiantamento para futuro aumento de capital

(d) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% do capital social. Em 2024, o saldo dessa reserva é de R\$863 (R\$250 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.266	12.409
Prejuízo acumulado	-	(7.411)
Base após absorção do prejuízo	12.266	4.998
Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido do exercício)	613	250

(e) Reserva de retenção de lucros

De acordo com o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros.

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de reserva de retenção de lucro é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.266	12.409
Prejuízo acumulado	-	(7.411)
Constituição da reserva legal (5%)	(613)	(250)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.913)	(1.187)
Reserva de retenção de lucros	8.740	3.561

11 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesas/Custos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	3.002	-	3.002	1.482	-	-	1.014	859
Vale S.A. (iv)	2.672	2.521	-	-	30.345	30.485	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A. (iii / iv)	-	1.939	-	32	19.331	19.857	179	278
Central Eólica Santo Inácio III S.A. (ii)	-	-	-	-	-	-	4	1
Central Eólica São Raimundo S.A. (ii)	-	-	-	92	-	-	964	256
	5.674	4.460	3.002	1.606	49.676	50.342	2.561	1.393

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com *backoffice* e dividendos a pagar; (ii) reembolsos de custos com O&M; e (iii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão); e (iv) venda de energia elétrica para as acionistas Vale S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Conforme informado no contexto operacional, a Cemig foi considerada como parte relacionada até 13 de agosto de 2024, quando ocorreu a conclusão da transação da aquisição da Aliança Geração de Energia S.A.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

Política contábil

A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia, uma empresa de energia. As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

12 | Receita Líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	51.693	50.342
Transações com energia na CCEE	1.358	867
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.539)	(6.393)
	47.512	44.816

(a) FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para Companhia, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	30.861	30.485
Suprimento a outras concessionárias	20.832	19.857
	51.693	50.342

(b) IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre a receita		
PIS	(323)	(313)
COFINS	(1.489)	(1.444)
ICMS - substituição tributária ¹	(3.433)	(4.342)
	(5.245)	(6.099)
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(294)	(294)
	(294)	(294)
	(5.539)	(6.393)

¹ O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

Política contábil

De forma geral, para o negócio da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes pelo fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do montante de venda pela tarifa negociada/contratada.

13 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(19.555)	(19.728)
Serviços de terceiros	(5.602)	(3.458)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.024)	(2.254)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(4.621)	(4.515)
Seguro operacional	(993)	(869)
Outros custos	(175)	(194)
	(35.970)	(31.018)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(325)	(377)
Outras despesas	(39)	(40)
	(364)	(417)

14 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.265	1.654
Outras receitas financeiras	6	14
	4.271	1.668
Despesas financeiras		
Encargos financeiros - compromissos futuros	(290)	(361)
Encargos financeiros - arrendamento	(510)	(443)
Outras	(17)	(35)
	(817)	(839)
	3.454	829

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variação monetária sobre arrendamentos e compromissos futuros, juros sobre arrendamentos e outras despesas financeiras.

15 | Tributos a recolher sobre o lucro

A composição dos tributos sobre o lucro é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recolher sobre o lucro		
Imposto de renda a recolher	330	384
Contribuição social a recolher	245	189
	575	573

15.1 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para o exercício de 2024 e 2023, conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta tributada pelo regime de caixa	49.283	48.840
Presunção imposto de renda – 8% (i)	3.943	3.907
Presunção contribuição social – 12% (ii)	5.914	5.861
Demais receitas e ganhos de capital (iii)	2.565	943
Base de cálculo do imposto de renda (i) + (iii)	6.508	4.850
Imposto de renda – 15%	976	728
Adicional de Imposto de renda – 10%	627	461
Total de IRPJ (iv)	1.603	1.189
Base de cálculo da Contribuição Social (ii) + (iii)	8.479	6.804
Contribuição Social – 9%	763	612
Total da CSLL (v)	763	612
Imposto de Renda e Contribuição Social (iv) + (v)	2.366	1.801

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

16 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são

diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros valores a receber. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, arrendamentos, dividendos a pagar, outros passivos e outros passivos com partes relacionadas. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros valores a receber, fornecedores, arrendamentos, dividendos a pagar, outros passivos com partes relacionadas e outros passivos como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	52.248	52.248	28.826	28.826
Contas a receber	5.082	5.082	4.604	4.604
Outros ativos	71	71	834	834
	57.401	57.401	34.264	34.264
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	19.029	19.029	16.576	16.576
Arrendamentos	6.215	6.215	6.383	6.383
Dividendos a pagar	2.913	2.913	1.187	1.187
Outros passivos com partes relacionadas	67	67	-	-
Outros passivos	25	25	51	51
	28.182	28.182	24.197	24.197

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os arrendamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, o CDI será de 12,39% para as aplicações financeiras. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente:

Descritivo	31/12/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,39%	Cenário I CDI 15,49%	Cenário II CDI 18,59%
Ativo				
Aplicações financeiras (notas explicativas nº 3 e 4)	52.421	45.926	44.301	42.676
Ativo exposto	52.421	45.926	44.301	42.676
Efeito no resultado				
		(6.495)	(8.120)	(9.745)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, arrendamentos e dividendos a pagar incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros à taxa de juros: ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	19.029	19.029	19.029	-	-	-
Arrendamentos	6.215	6.483	169	516	2.237	3.561
Dividendos a pagar	2.913	2.913	-	2.913	-	-
	28.157	28.425	19.198	3.429	2.237	3.561

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós fixados.

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com partes relacionadas ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no

mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com parte relacionada entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações do risco da sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	52.248	28.826
Contas a receber	5.082	4.604
Contas a receber	71	834
Total da exposição	57.401	34.264

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

17 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores com vencimento em julho de 2032, o qual resultará em uma despesa total de R\$17.521 em 31 de dezembro de 2024 (R\$19.074 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$11.015 (R\$11.001 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no

terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$12.812 (R\$13.059 em 31 de dezembro de 2023).

18 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Baixa provisão para compromisso futuro - desmantelamento	(941)	(737)
Baixa provisão para compromissos futuros - licença de operação	(621)	(364)
Fornecedores de imobilizado	2.103	15.695
Baixa de arrendamento	(26)	(1.101)
	515	13.493

19 | Eventos subsequentes

Em 31 de março de 2025 a Vale S.A. ("Vale"), informou que celebrou um acordo com a *Global Infrastructure Partners* ("GIP") para estabelecer uma joint venture na Aliança Geração de Energia S.A., controladora integral da Companhia. Uma vez concluída a transação, a Vale receberá aproximadamente US\$1 bilhão e deterá 30% na Joint Venture enquanto a GIP terá os 70% restantes.

A transação está sujeita às condições precedentes usuais, incluindo a anuência ou a aprovação de órgãos regulatórios competentes.

DIRETORIA

Sandro Magno de Figueiredo e Horta
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG – 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0413404

Passo 3 - Digite a senha: 04t3BIW9